

Versão 1

NOTAS PARA O MAPEAMENTO E VISIBILIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES
EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA¹

Mauro W. B. de Almeida

14 de julho de 2000

1 Introdução

Até o final de 2000 deverão estar delineadas políticas para o extrativismo na Amazônia. No decurso da preparação dessa políticas, segundo documento de 14 de junho de 2000, deverão ser realizados (1) o mapeamento de informações sobre a situação atual do agroextrativismo, (2) o mapeamento analítico de políticas e programas existentes, (3) um debate organizado envolvendo especialistas e partes interessadas e (4) o planejamento das ações para os próximos anos. Nesta introdução faço algumas observações em relação ao objetivo principal que é delinear políticas para o extrativismo.

¹ Esse texto foi preparado após reunião na Secretaria do Meio Ambiente, em julho de 2000, a convite de Ana M. Lang. O convite inicial era para que eu coordenasse atividades da equipe do Setor de Extrativismo em direção a um Programa para o Extrativismo na Amazônia. A contribuição oferecida foi um conjunto de sugestões metodológicas, em particular a ênfase no mapeamento dos extrativistas (que deu a impressão de ser "por demandas", quando na verdade as demandas são um instrumento para atingir grupos organizados, conforme explico abaixo) e a indicação do ISA para executar.

2 Conceitos

Inicialmente, devem ser comentados alguns conceitos que dizem respeito a população extrativista, a demandas sociais de populações extrativistas, à visibilização das demandas sociais, a pólos de desenvolvimento extrativista.

3 Pessoas e não produtos

O enfoque deste documento é posto em *populações* ou *grupos sociais*, e em *sistemas produtivos* naturais e artificiais, não no “extrativismo” como setor de atividades econômicas, nem em *produtos extrativos*. Essa ênfase obriga-nos a enfatizar que as técnicas extrativas de uso dos recursos naturais são quase sempre, na Amazônia, uma das muitas atividades de unidades sociais (famílias, vizinhanças, aldeias indígenas, micro-regiões). Como observou Donald Sawyer em seu texto, famílias (e por extensão unidades maiores de ação) possuem habitualmente uma economia diversificada, que inclui tipicamente (1) a agricultura (com presença frequente do cultivo de mandioca, milho e bananeiras, em escala pan-amazônica, além de outros cultivos de distribuição mais restrita), (2) a coleta de recursos vegetais variados seja para uso direto seja para comercialização (destacando-se como *extrativismo* a coleta vegetal comercial), (3) caça e pesca, (4) e diversas atividades artesanais e de serviços (e.g. professores primários e agentes de saúde, e no setor privado, e.g. pilotos, mecânicos, eletricitas, motoristas, cozinheiras etc), (5) pensões e aposentadorias. Assim, em um mesmo grupo familiar, que constitui em áreas rurais uma unidade econômica, há indivíduos que são simultaneamente agricultores, caçadores, pescadores, coletores e *extrativistas* (ou *extratores comerciais*); e haverá entre os membros do grupo familiar, além de trabalhadores *extrativistas*, membros da família que trabalham no setor de serviços (e.g. uma professora primária) e que recebem pensões (e.g. um membro idoso da família). Por exemplo, a existência de aposentados por idade (FUNRURAL), particularmente se acompanhada de facilidade de viagem a cidades para receber a aposentadoria, significa um fluxo

regular de bens manufaturados, ou a possibilidade de investimento (em gado, em máquinas, ou em equipamento de extração) para um grupo familiar *extrativista*.

A designação de “extrativista” para esses sistemas produtivos diversificados geralmente significa que a principal fonte de *renda monetária* é o extrativismo (definido como coleta comercial de recursos vegetais). Contudo, essa definição perdeu sua relevância em contextos como o dos seringueiros acreanos.

Outra maneira de usar o termo é a partir do sistema de manejo: os sistemas produtivos de base extrativista são aquelas que requerem recursos naturais (floresta, campos) cujo mínimo é dado pelas exigências da atividade extrativista. Assim, *seringueiros* são hoje com frequência produtores que para suas atividades de caça, coleta vegetal e extração de látex mantêm a posse de uma extensão de floresta da ordem de 300 ha a 600 ha (por unidade produtiva familiar), embora sua fonte de renda monetária principal (e às vezes única) seja não-extrativa. Essas áreas extensas de recursos naturais são típicas de atividades extrativas porque por definição essas atividades, em vez de transformar sistemas naturais introduzindo espécies domesticadas e aumentando sua densidade, utilizam-se da produtividade dos próprios sistemas naturais com um mínimo de perturbação. Assim, a inclusão de atividades extrativas no portfolio de seringueiros e outros moradores de floresta são o *fator limitante* principal que mantém a população em baixas densidades. Por outro lado, esse mesmo aspecto é responsável pelo baixo ou baixíssimo impacto ambiental dos sistemas produtivos de base extrativa, que poderiam também ser designados de sistemas produtivos de baixo impacto, ou de sistemas produtivos tradicionais sustentáveis.

Finalmente, para os fins da formulação de políticas no curto prazo, as chamadas *populações extrativistas* têm sido na prática aqueles grupos (formados de famílias e indivíduos) que trabalham sistemas produtivos diversificados com base extrativista, e que se caracterizam por se disporem a operar no futuro sistemas produtivos sustentáveis com qualidade de vida razoável e com funções de conservação ambiental.²

² Sobre essa terceira formulação, ver Carneiro da Cunha, M.M. e Mauro W. B. de Almeida (2000). “Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon”. *Daedalus/Journal of the*

No sentido reconhecido publicamente no período recente (desde 1985 pelo menos), tem-se entendido por *populações tradicionais*, em tais contextos, *populações rurais que utilizam-se de técnicas de baixo impacto e que são sustentáveis*. Essa conceituação coincide com as considerações acima. O *extrativismo (agroextrativismo) sustentável* é outra designação para essa mesma categoria. O extrativismo (agroextrativismo) sustentável o significa então o uso de recursos naturais com baixa intensidade, de maneira sustentável, e com componentes que dependem da regeneração natural.

4 mapeamento não de demandas, mas de pessoas

O mapeamento de grupos sociais envolvidos em atividades extrativistas *sustentáveis* visa visibilizar um setor da sociedade relativamente invisível nas políticas públicas do passado. A identificação de organizações, propostas e demandas é um método realizar essa visibilização, com o objetivo de mapear os próprios grupos. O mapeamento proposto não visa listas as *demandas* desses grupos enquanto tais; em vez disso, consideramos que as demandas de criação de Reservas Extrativistas, de reconhecimento no interior de áreas de conservação existentes, de recursos para projetos de caráter sustentável, e várias outras, são um indicador da existência de populações extrativistas no sentido esboçado acima.

5 Não pontos, e sim manchas e pólos

Os grupos identificados pelo método sugerido são exemplos pontuais de grupos que exerceram demandas sobre o poder público ou sobre organizações privadas, e que em consequência se tornaram visíveis. Assim como amostras pontuais de uma floresta, ou de solos, ou de animais, podem ser estendidas para áreas e manchas, com apoio em indicadores testados, esses exemplos pontuais

podem ser vir para delimitar manchas ou áreas (microrregiões ou mesoregiões) para onde se dirigirão políticas públicas. Nessa fase de delimitação de zonas de ação, outros dados (de censos, zoneamentos e relatórios) devem ser utilizados.

Os beneficiários de projetos são apenas um dos grupos que se tornam visíveis por iniciativa própria. Outros grupos que conseguem o mesmo resultado são as associações, sindicatos e cooperativas que reivindicam crédito, que demandam terra, e que fazem reivindicações diversas – com ou sem êxito. Esses grupos incluem seringueiros, castanheiros, artesãos, pescadores, madeireiros, pequenos agricultores ribeirinhos e outras categorias “econômicas”, sem distinção de natureza étnica – se índios em áreas reconhecidas, se caboclos ou mestiços, ou se migrantes recentes ou colonos.

6 Visibilidade dos serviços ambientais

É essencial visibilizar não somente a existência de populações extrativistas, mas também os serviços públicos, tais como a conservação da biodiversidade. Essa alegação, contudo, ganha mais força social se puder ser baseada em algum critério e com indicações espaciais. Para esse fim, uma estratégia sugerida é utilizar os resultados publicados e não-publicados do workshop do Amapá. A superposição das manchas de altíssima e alta biodiversidade, com base em critérios biológicos, com manchas de *populações extrativistas*, com base em critérios de demandas sociais (visibilização), contém em si mesma uma argumentação ou mensagem: os extrativistas são parte de uma possível solução de conservação da biodiversidade.

Ao se reconhecer esse papel, é importante chamar a atenção para a interpretação (cf. Allegretti) das baixas densidades humanas frequentemente associadas a populações *extrativistas*, e que constitui uma das razões para restrições feitas contra o *extrativismo* (por gerar pouco emprego).

Baixas densidades humanas associadas a técnicas extrativistas são um fator essencial para a conservação de altíssima biodiversidade em áreas de floresta e rios ocupadas por populações extrativistas. De fato, conforme a reinterpretação dada ao fenômeno por Allegretti, baixas densidades humanas significam baixos

custos humanos de conservação de áreas biologicamente ricas. A melhoria da qualidade da vida da população é parte do “baixo custo” da conservação associada a populações extrativistas, além de ser um fim de importância intrínseca.

7 Pagamento de serviços ambientais

Reconhecendo que os grupos de produtores com base extrativista (ver acima) prestam serviços ambientais, mas também reconhecendo que exercem múltiplas atividades entre as quais as atividades extrativistas remuneram pouco o mal o produtor, a tendência em curso é a substituição das atividades extrativas por atividades agropecuárias, ou (possivelmente) silviculturais. A médio ou longo prazo, essa tendência irá tornar desnecessária para esses produtores a conservação da base extrativista de recursos. À medida que se ampliam as alternativas de geração de renda de pessoas envolvidas em sistemas produtivos de base extrativista, maior é o custo de oportunidade da manutenção das florestas em pé.

Por essa razão, é necessário pagar esse custo de oportunidade, incentivando o produtor a conservar a base de recursos naturais na forma de pagamentos diretos ou indiretos pelos serviços de conservação. Os recursos para esses pagamentos poderiam talvez vir de acordos internacionais do tipo que vem sendo discutido no contexto da captura de carbono. Os destinatários podem ser grupos familiares na forma de uma *renda verde* (já proposta pela senadora Marina), que deveria contudo ser vinculada aos serviços prestados (e.g. comprovação de não realização de novas derrubadas em mata virgem). Outros destinatários são as Associações, que exerceriam ainda a função de fiscalização como contrapartida pelo recebimento desses pagamentos. O valor desse pagamento (que uma estimativa baseada na comparação de vários métodos situa na ordem de \$1 a \$2 por hectare de floresta por ano – para o morador) deve ser tornado preciso.

8 Complementaridade com outras políticas

O pagamento de uma *renda verde* não visa a gerar uma categoria de desocupados da floresta, e sim, como foi dito, a compensar (pelo pagamento de um custo de oportunidade) um incentivo do mercado que é socialmente indesejável: o incentivo a substituir florestas por pastos e roçados comerciais. O resultado, contudo, será a manutenção da base natural de recursos, ou seja, da base de recursos do produtor extrativista.

Sobre essa base de recursos conservada, os moradores da floresta poderão gerar recursos com sistemas extrativos de baixíssimo impacto, ou de atividades de ecoturismo. Assim, as políticas de pagamento de renda mínima a moradores da floresta condicionadas à manutenção da base de recursos, em vez de serem contraditórias com políticas de estímulo à produção ou à comercialização, são condições necessárias para que essas políticas sejam bem-sucedidas -- em vez de atuarem como novos incentivos para a intensificação agrícola e pecuária que leva à conversão de florestas e outros ecossistemas.

9 Zoneamento e pólos

Conforme indicado no texto de Donald Sawyer, a localização de manchas e zonas como alvos de política deve levar em conta o sistema de terras indígenas e o sistema de unidades de conservação -- sem reduzir as manchas de populações extrativistas ao papel de zonas-tampão ou de corredores ecológicos.

Também é relevante a observação de que “o PDA está levantando a hipótese de “pólos demonstrativos” em torno de conjuntos de projetos demonstrativos existentes, o que significaria uma espacialização da atuação programática.”

Isso significa orientar a ação para “pólos” ou para “manchas” extrativistas -- particularmente *pólos verdes* de grande biodiversidade, onde se combinam áreas preservadas, áreas conservadas (sob regimes como as Reservas Extrativistas), áreas indígenas -- dentro de zonas agroextrativistas com pólos municipais bem definidos.

10 Conceitos de desenvolvimento

A meta das políticas públicas visadas é o desenvolvimento humano e natural. Essa é uma outra forma de expressar que essas metas devem incluir a melhoria da qualidade da vida humana em condições *tradicionais* (*lembrando-se que tal termo é aqui sinônimo de “uso de técnicas de baixo impacto”, usualmente uma combinação de coleta, caça, pesca, agricultura, construção e artesanato*), e a conservação dos processos naturais. Seria ideal uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano, que desse visibilidade tanto ao componente não-monetário do bem-estar da população extrativista (serviços ambientais diretamente apropriados pela população), como aos serviços de conservação da natureza (serviços ambientais apropriados pelo mundo humano como um todo).

11 Organização de um Seminário

A data de outubro é aconselhável.

O seminário não deveria constituir-se como um seminário de demandas, e sim como um seminário técnico. As organizações populares e federações devem ver o seminário como um mecanismo de visibilização de sua existência.

Por outro lado, o seminário pode incluir em sua pauta, e deve fazê-lo, a discussão de estratégias sugeridas para as políticas. Dessa forma, em vez de demandas pontuais, serão discutidas políticas públicas possíveis.

O ideal é o uso da metodologia empregada pelo ISA no Amapá. Com essa metodologia, pode-se fazer o mapeamento em *tempo real* com a participação de pessoas de diversos estados e organizações, e que são fontes de informação.

12 Um seminário técnico para agilizar o mapeamento?

Poderia ser realizado um primeiro seminário dedicado apenas ao mapeamento partindo de informações previamente reunidas por estado, e ao nível federal, com a metodologia de tempo real (informação – sistema de informações geográficas – apresentação em plenário – revisão do sistema de informações geográficas).

Num segundo seminário (ou fase do mesmo seminário) haveria as discussões públicas e em grupos, já utilizando os resultados do mapeamento.

13 Referências para o mapeamento

13.1 Indicadores diretos

Trata-se de populações com vocação para extrativismo sustentável (combinados em dados de presença humana e de “produtos” ou “combinação de produtos”)

- 1) CNPT-IBAMA (mapas de demandas; cadastros – generalizados por interpretação espacial)
- 2) INCRA (programas de assentamento extrativista; outros programas – demandas e áreas existentes)
- 3) GTA –
- 4) Grito da Terra e outros movimentos agrários (e.g. Acre).
- 5) MMA: projetos solicitados ou financiados ao Amazonia Solidária e a outros programas
- 6) Governos Estaduais (grupos e organizações cadastrados e associados a projetos “extrativistas”)
- 7) Indicadores demográficos de “população extrativista” (usados em combinação com outros).
- 8) Cooperação internacional: PPP, DLIS, ABC.

13.2 Workshop 1999 no Amapá

Foi feito na reunião do Amapá um mapeamento preliminar das populações extrativistas *visibilizadas*, com os dados já articulados às informações existentes sobre a biodiversidade, sobre as áreas indígenas, e sobre os principais fatores de impacto ambiental e de desenvolvimento (estradas).

Identificaram-se assim padrões diferenciados em áreas como o sul do Maranhão e do Pará, a zona Bragantina, a calha do Solimões (na fronteira, e em torno da boca do Japurá), o baixo amazonas (várzea), o alto Rio Negro, o alto Juruá, o alto Purus, um corredor interligando o médio Purus-Juruá, e áreas de Rondônia e

Amapá. Em todos esses casos, o critério para delimitar áreas discretas (em vez de meros pontos, ou de abranger-se a totalidade da região) foi a combinação de múltiplas dimensões: as manchas de biodiversidade e mapas de vegetação e ação antrópica (como substrato indicador de serviços ambientais), os indicadores de demandas sociais extrativistas (Reservas Extrativistas criadas e demandadas, Assentamentos Extrativistas criados ou demandados, projetos de natureza “extrativista sustentável” reconhecidos (em operação ou simplesmente sugeridos), áreas indígenas (particularmente com ações econômicas extrativistas); e fronteiras de expansão (estradas, gasodutos, cidades, fazendas e sistemas de colonização).

13.3 Censo extrativista

A proposta em curso é de curtíssimo prazo. Mas seria da maior importância planejar a elaboração de um censo extrativista para o Brasil. Essa atividade exigiria um cenário temporal de pelo menos dois anos, e talvez mais, e não de dois meses!

13.4 O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE)

13.5 Fontes listadas por Donald Saywer

13.5.1 Coordenação de Agroextrativismo

13.5.2 Projetos Demonstrativos (PDA)

13.5.3 Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI)

13.5.4 Reservas Extrativistas

13.5.5 Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal

13.5.6 Estados: reservas extrativistas estaduais

13.5.7 o Censo Extrativista (Acre)

13.5.8 ONGs

13.5.9 Federações

13.5.10 Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA)